

A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE COM BASE NAS DIRETRIZES DO IBGC

Abigail de Sousa Vieira Neres

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

Fernanda Mosseline Josende Coan

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

José Ricarte de Lima

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

Vanusa Batista Pereira

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

Almir Rodrigues Durigon

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

Edir Antônia de Almeida

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

Raul Angel Carlos Olivera

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/MT

RESUMO

A Governança Corporativa, segundo o IBGC, é um sistema que dirige e controla empresas, promovendo eficiência, ética e responsabilidade para proteger stakeholders e gerar valor sustentável. O Código das Melhores Práticas do IBGC orienta diversas organizações no Brasil, destacando a ética como base essencial para interações e confiança social. Este estudo analisa a relação entre ética e Governança Corporativa nos Códigos de 2015 e 2023, usando pesquisa descritiva, documental e qualitativa. A ética é investigada como fundamento para a gestão, sendo mencionada e analisada em quadros para compreender sua integração às práticas de governança. O objetivo é entender como o IBGC incorpora a ética para fortalecer a gestão empresarial no Brasil.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Ética.

1 INTRODUÇÃO

A governança Corporativa é um sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas (Cadbury Report, 1992), trata-se de um conjunto de ações e práticas que objetiva aperfeiçoar o desempenho empresarial ao proteger as partes interessadas, ou seja, investidores, empregados e credores, evitando conflitos e facilitando o acesso ao capital (Souza, Bauer e Coletti, 2020).

O IBGC, referência em Governança Corporativa no Brasil, cria e divulga o Código das Melhores Práticas de Governança a fim de nortear as empresas que implantaram ou desejam implantar a Governança



Corporativa. As boas práticas são um conjunto de procedimentos, atitudes e políticas adotadas por uma organização para garantir a eficiência, a ética e a responsabilidade em suas operações. No geral, o Código das Melhores Práticas, se dirige a diversos tipos de organizações, empresas familiares, estatais, cooperativas, sociedades anônimas de capital aberto e fechado, e entidades sem fins lucrativos, haja visto que, “a Governança Corporativa em sua essência, é a estrutura que se destina a garantir que as perguntas certas sejam feitas e que os freios e contrapesos estejam em vigor para garantir que as respostas reflitam o que é melhor para a criação de valor sustentável, renovável e de longo prazo” (Monks, Minow, 2003).

Uma boa governança deve ter como objeto de reflexão, a ética, que vai além da execução de normas e regulamentos, ela é a base da sustentação de todas as interações existentes nas organizações, por esta razão ela se faz tão importante para o sistema chamado Governança Corporativa.

As organizações, quando são éticas, cumprem as obrigações legais, geram confiança na sociedade, proporcionando uma base sólida para o seu crescimento. De um modo geral, “a ética é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano” (Vázquez, 2003, p. 23).

Diante do exposto, considerando que a Governança Corporativa pode garantir a ética dentro das organizações, e considerando ainda que o IBGC tem como objetivo orientar a Governança Corporativa no Brasil, questiona-se: Qual a relação da ética com a Governança Corporativa para o IBGC?

Este estudo se justificou por demonstrar como a ética, princípio fundamental na gestão de qualquer negócio, pode ser inserida por meio da Governança Corporativa nas instituições, através da implantação do Código das Melhores Práticas do IBGC.

1.1 OBJETIVO

O objetivo da pesquisa foi conhecer a relação da ética com a Governança Corporativa de acordo com o IBGC, observando os últimos Códigos das Melhores Práticas emitidos pelo instituto.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento desse estudo caracterizou-se como descritiva. Segundo Marconi; Lakatos (2023) a pesquisa descritiva examina aspectos como descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos contemporâneos, com o objetivo de compreendê-los. Logo, esta pesquisa é descritiva, pois buscou descrever a relação da ética com a Governança Corporativa ao observar os códigos de Melhores Práticas do IBGC.

A pesquisa se caracteriza também como pesquisa documental que segundo Marconi e Lakatos (2023, p. 202), é quando se “utiliza apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias, no qual podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” Nesta



pesquisa foram analisados os Códigos das Melhores Práticas de Governança Corporativa referente a 5ª edição (2015) e a 6ª edição (2023), que estão disponíveis no site do IBGC para *download*, a análise mostra a ênfase dada a ética nestas edições.

Esta pesquisa também foi caracterizada como qualitativa, pois segundo Gil (2025), os dados são elementos fundamentais na elaboração de qualquer pesquisa, e quando estes dados são em palavras, a pesquisa será qualitativa. O sucesso da pesquisa depende da qualidade desses dados. Por esta razão, os códigos foram lidos minuciosamente e destacados todos os momentos em que a ética era mencionada.

Na 5ª edição do Código das Melhores Prática de Governança Corporativa do IBGC de 2015 foi feita uma busca pela palavra ética em todo o código, assim como uma leitura minuciosa do documento, tendo como direção a resposta da pesquisa. No caso da 6ª edição do Código das Melhores Prática de Governança Corporativa do IBGC de 2023, apesar de também ter sido feita a leitura cuidadosa, o próprio código possui um índice remissivo que destaca a menção da ética ao longo do código.

Uma vez verificada a presença da ética, resumiu-se os pontos em que ela foi mencionada e foram compilados em quadros, que posteriormente foram analisados para se chegar à relação da ética com a Governança Corporativa de acordo com IBGC.

Após coletar os dados, os mesmos foram analisados e interpretados, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2023) a análise de dados é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Já a interpretação de dados consiste em dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.

O método de análise utilizado neste artigo foi de análise de conteúdo, que “proporciona contribuições significativas para a pesquisa qualitativa, englobando uma análise metódica e rigorosa dos dados, uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos investigados, uma abordagem flexível e adaptável, a capacidade de identificar lacunas na literatura e a triangulação dos dados.” (Valle e Ferreira, 2024).

A análise ocorreu ao se verificar qual o significado da palavra ética em cada citação, e sua relação com a governança, encontrada nos capítulos ao longo dos Códigos das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

3 CERNE DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral, no qual busca o equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente, conforme o IBGC (2023).



Segundo Rughoobur (2018) a Governança Corporativa é definida como uma ferramenta que visa gerenciar e controlar a instituição de forma adequada, protegendo principalmente o investimento dos acionistas.

A Governança Corporativa para Silva (2016), pode ser conceituada como um conjunto de práticas que têm por objetivo o alcance de melhor performance de uma organização considerando a proteção dos investidores, empregados e credores, de maneira, que essas práticas permitem acesso mais facilitado ao capital.

A governança pode ser entendida também como um conjunto de práticas que tem como objetivo a relação entre a estratégia, a gestão, a tomada de decisões e o acompanhamento de resultados, envolvendo todos os stakeholders da empresa, e em prol da sustentabilidade da mesma (Giacomelli et al., p. 19, 2017).

Alguns autores, como Garcia e Tavares (2017) definem a Governança Corporativa com um olhar voltado ao conflito de agência, dizendo que a Governança Corporativa dispõe de práticas e mecanismos para monitorar e controlar as atividades do agente, de modo que ele tome decisões visando os interesses do principal. Sendo assim, espera-se que as práticas de governança reduzem os conflitos de agência.

Neste mesmo sentido Black, Jang e Kim (2006) afirmam que a Governança Corporativa pode ser vista como um conjunto de mecanismo que visam maximizar a probabilidade dos investidores garantirem para si o retorno sobre seu investimento, pois o conjunto de mecanismos internos (conselho de administração, sistema de remuneração, estrutura de propriedade, transparência e política de dividendos) e externos (mercado de aquisição hostil, leis de proteção aos acionistas, *cross-listings*, auditoria externa e fiscalização de agentes de mercado) podem alinhar os interesses dos tomadores de decisão e dos acionistas, desta forma, minimizando os prejuízos causados pelos conflitos de agência.

Existem inúmeras definições de Governança Corporativa, mas todas apresentam consonância em seus conceitos, que destacam os princípios, regras, práticas, finalidades e potencialidades, além de envolverem diversos fatores de controle internos e externos que são utilizados para otimizar o desempenho das organizações e aumentar a segurança nas tomadas de decisões pela corporação (Silva, 2017).

Segundo Rossetti e Andrade (2014) um bom sistema de Governança Corporativa auxilia as organizações em suas competências, em seu fortalecimento para enfrentar novos desafios e em seu desenvolvimento de estratégias na criação de valores corporativos para, assim, aumentar os resultados, o crescimento econômico, a confiança e o interesse dos investidores.

A partir destes conceitos, confirma-se que a governança promove uma reestruturação de uma organização. Contudo, deve ser usada para trazer benefícios estratégicos de gestão, que auxiliem acionistas, sócios e administradores na tomada de decisão de seus negócios. Com o intuito de trazer equilíbrio ao ambiente empresarial, para que possam atingir seus resultados e os objetivos organizacionais.



Por fim, pode-se dizer que a Governança Corporativa desempenha um papel fundamental de gestão de eficiência, no qual suas práticas visam transparência e confiabilidade nos negócios. Ela ajuda a proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

3.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

No Brasil, o movimento por boas práticas mostrou-se mais dinâmico a partir das privatizações e a da abertura do mercado nacional nos anos 1990. Neste interim, foi fundado em 27 de novembro de 1995, o IBGC, organização da sociedade civil, é a maior referência no Brasil e uma das principais no mundo em Governança Corporativa. Seu objetivo é gerar e disseminar conhecimento em Governança Corporativa e influenciar os mais diversos agentes na adoção das melhores práticas, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor.

Ainda na década de 90 o IBGC lançou seu primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Atualmente em sua 6ª edição, o código consolidou-se como um documento de referência: apresenta recomendações das melhores práticas de governança com o objetivo de contribuir para a evolução da Governança Corporativa das empresas e demais organizações.

Na primeira década do século 21, o tema Governança Corporativa tornou-se relevante, a partir de escândalos corporativos envolvendo empresas norte-americanas como a Enron, a WorldCom e a Tyco, desencadeando discussões sobre a divulgação de demonstrações financeiras e o papel das empresas de auditoria. O Congresso Norte-americano, em resposta às fraudes ocorridas, aprovou a Lei Sarbanes-Oxley (SOx), com importantes definições sobre práticas de Governança Corporativa que vieram a impactar na Governança Corporativa no Brasil e o IBGC, como organização dedicada à promoção da Governança Corporativa neste país, buscou acompanhar as mudanças, por exemplo, com a emissão de novas versões do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa.

O IBGC adota os princípios da Governança Corporativa em suas próprias atividades, assim como segue as recomendações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Além disso, a base do sistema de governança do IBGC está prevista no estatuto social, documento que estabelece o objeto social do instituto, além dos direitos e deveres dos associados. O IBGC também possui uma matriz Raci (*Responsible, Accountable, Consult and Inform*), que atribui responsabilidades e funções dentro da organização e promove equilíbrio entre as responsabilidades do conselho, da diretoria e da gestão.

O IBGC também mantém a prática de elaborar e publicar relatórios anuais desde sua fundação, em 1995. O documento é desenvolvido de acordo com o *Global Reporting Initiative (GRI) Standards* e inclui as demonstrações financeiras auditadas por firma independente.

Desde sua fundação, o conselho de administração do IBGC é formado por nove associados eleitos em assembleia geral e os conselheiros do IBGC não obtêm ganhos financeiros vinculados ao instituto, assim



como os integrantes do board, coordenadores de capítulos também trabalham pro bono. Em linha com as recomendações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, o IBGC incentiva que a composição de seu conselho contemple a diversidade de experiências, gênero, conhecimentos e origem regional. Além disso, o colegiado é avaliado anualmente.

Em relação aos associados, pessoa física ou jurídica, desde que em situação regular com suas obrigações financeiras e associativas, tem igual poder de manifestação na assembleia geral anual. Os comitês e colegiados de apoio ao conselho conduzem estudos sobre matérias que demandam análise aprofundada e técnica antes de serem levadas à deliberação do conselho. Atualmente, o IBGC conta com dois comitês fixos e um ad hoc, formados por conselheiros e especialistas.

Quadro 1 – Composição dos Comitês: Fixos e ad hoc

Comitê	Função	Composição
Comitê de Pessoas	Emite recomendações e opiniões sobre desenvolvimento e aprimoramento de políticas de atração e retenção de talentos, sucessão, avaliação de desempenho e treinamento da equipe.	1 Coordenador, 2 membros do Conselho de Administração, 2 membros especialistas.
Comitê de Auditoria e Riscos	É responsável pelo monitoramento do desempenho econômico-financeiro.	1 Coordenador, 2 membros do Conselho de Administração, 2 membros especialistas.
Comitê de Estratégia (ad hoc)	Responsável por supervisionar a revisão de políticas do instituto.	1 Coordenadora e 2 membros.

Fonte: IBGC (2024)

Em situações com potencial conflito de interesses, o IBGC conta com colegiados de apoio que elaboram propostas submetidas à deliberação do conselho. O quadro 02 a seguir mostra as funções e composição dos colegiados.

Quadro 2 – Funções e Composição dos Colegiados de Apoio ao Conselho

Colegiado de Apoio ao Conselho	Função	Composição
CAC-Conduta	Seu objetivo é gerir o Código de Ética do IBGC, promover sua divulgação e atualização periódica, esclarecer dúvidas e interpretação e, em especial, receber e analisar denúncias de violações.	1 Coordenador e 7 membros.
CAC-Indicação	Tem por finalidade indicar candidatos ao conselho de administração do IBGC, empregando os melhores esforços e julgamento dos membros para bem orientar tanto os candidatos quanto os associados no processo de eleição de conselheiros do instituto.	1 Coordenador e 9 membros.

Fonte: IBGC (2024)

Além destes, o IBGC mantém o Colegiado Independente Recursal (CIR). O órgão aprecia e julga recursos de associados, pessoas físicas ou jurídicas, que venham a ser punidos pelo conselho de



administração com a pena de exclusão do quadro social do instituto. Seus membros são indicados pelo conselho e ratificados pela assembleia geral ordinária (AGO). Em 2017, foi criado o Second Chance, grupo de estudo formado por conselheiros, associados e terceiros voltado à avaliação de regras para a reincorporação de pessoas física ou jurídica excluídas do rol de associados do IBGC.

A diretoria tem a função de executar as iniciativas do IBGC, a fim de levar para a prática a missão do instituto. Sendo assim, é responsável por realizar as ações previstas para alcance das metas do planejamento estratégico. O órgão passou por mudanças em 2021, com a inclusão de um gerente de gestão corporativa, com reporte direto à diretoria geral, e o início das atividades da diretoria de marketing, desenhada no ano anterior. Dessa forma, a diretoria geral conta com quatro diretorias e quatorze gerências, além das comissões de apoio à gestão educacional e internacional (em 2021, as comissões de Certificados e do Congresso foram encerradas).

O conselho de administração do IBGC conta com o assessoramento de um comitê de auditoria permanente que o auxilia no controle sobre a qualidade de demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e a integridade das informações. Este sistema de vigília protege o IBGC e suas partes interessadas. Outra boa prática de governança adotada pelo instituto é a publicação anual de demonstrações financeiras, auditada por firma independente.

O IBGC também possui seu Código de Ética que é um conjunto de normas que têm por objetivo administrar conflitos de interesse, em face do IBGC ou entre colaboradores, e dar corpo aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa no âmbito das atividades do próprio instituto. As disposições do código se aplicam a associados, conselheiros de administração, coordenadores de capítulos ou comissões, professores, diretores, superintendentes, funcionários, profissionais certificados e também a terceiros que participam ou contribuem para as atividades.

O IBGC disponibiliza meios para garantir a conduta ética e o tratamento adequado de denúncias, quanto a interpretação e aplicação do Código de Ética são de responsabilidade do CAC-Condução, que promove a divulgação, atualização do código de ética, assim como, esclarece dúvidas e interpretação especialmente ao receber e analisar denúncias de violações. O IBGC também oferece canais de denúncia que acolhem opiniões, críticas, reclamações e denúncias de todos os stakeholders como uma opção de ouvidoria interna, dirigida por um ouvidor e um canal de denúncias externo e independente que age de forma sigilosa e imparcial. Sendo assim, denúncias de condutas consideradas antiéticas são tratadas de forma adequada, transparente, sem conflitos de interesses e sob sigilo, reforçando o compromisso com a ética organizacional.



3.2 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Uma das principais referências em Governança Corporativa foi o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), lançado em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no qual estabelece diretrizes para as empresas melhorarem a gestão de seus negócios. Em agosto de 2023 o IBGC lançou uma nova edição com o nome Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa introduzindo um novo princípio, a integridade.

Os princípios de Governança Corporativa orientam o sistema de gerenciamento e controle das organizações. São diretrizes que precisam ser observadas para garantir uma conduta transparente, ética e responsável. Os princípios aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente de porte, natureza jurídica ou estrutura de capital, formando o alicerce sobre o qual se desenvolve a boa governança, conforme IBGC (2023).

O código explicita que “a Governança Corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral” (IBGC, 2023, p. 17). No quadro 03, apresentam-se os princípios básicos de Governança Corporativa, trazidos pela 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

Quadro 3 - Princípios Básicos de Governança Corporativa

Princípio	Ações na Organização
Integridade	Pratica e promove o contínuo aprimoramento da cultura ética na organização, evita decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantém a coerência entre discurso e ação e preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente.
Transparência	Disponibiliza informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes para as partes interessadas. Essas informações não devem restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas contemplando os fatores ambiental, social e de governança. A transparência estimula um ambiente de confiança à todas as partes interessadas.
Equidade	Trata todos os sócios e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente. É motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades.
Responsabilização (<i>Accountability</i>)	Desempenha suas funções com diligência, independência. Assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões. Presta contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, cientes de que suas decisões podem afetar a organização, suas partes interessadas e o meio ambiente.
Sustentabilidade	Atua em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental, fortalecendo seu protagonismo e suas responsabilidades para te a sociedade.

Fonte: IBGC (2023)

Com a adoção dos princípios, as organizações mostram o seu comprometimento em alinhar interesses, prevenir, mitigar e tratar conflitos, e gerar valor tangível e intangível para todas as partes interessadas, considerando os impactos na economia, sociedade e meio ambiente. Trata-se de um



movimento intencional cujo objetivo é melhorar o processo decisório, o desempenho, a reputação, o retorno econômico e a longevidade de suas operações (IBGC, 2023).

3.3 CONFLITO DE AGÊNCIA

No cerne do debate sobre Governança Corporativa está o problema do conflito de agência, isto é, a divergência de posicionamento que pode existir entre os donos e os gestores da organização. Os conflitos que passaram a existir dentro do contexto das organizações promoveram o despertar da Governança Corporativa, a existência de uma estrutura de relações, práticas e regras que garantisse a sustentabilidade da empresa no longo prazo (Rossetti; Andrade, 2014).

De acordo com o Código das Melhores Práticas da Governança Corporativa (2023), as situações de conflitos de interesses ocorrem quando um agente de governança tem ou pode ter interesses pessoais, comerciais, profissionais ou de qualquer outra natureza efetiva ou potencialmente conflitantes com aqueles da organização.

Uma das maneiras de resolver o conflito de agência é por meio dos mecanismos oferecidos pela Governança Corporativa. De acordo com Silva (2017), a Governança Corporativa é formada por um conjunto de princípios e práticas, com o objetivo de minimizar os conflitos de interesse entre os diversos agentes da empresa (conflito de agência), visando reduzir o custo de capital e maximizar o valor da organização, assim como o retorno para os investidores. Silveira (2015) complementa ao afirmar que a Governança Corporativa estabelece nas empresas um ambiente onde as pessoas busquem, de maneira voluntária, ser ético, seguir as regras e tomar decisões no melhor interesse comum de longo prazo da organização.

3.4 ÉTICA

Ética é um conjunto de princípios, valores e normas morais e de conduta de um indivíduo ou de grupo social ou de uma sociedade (Michaelis, 2016). Para Singer (2002), a ética pode ser um conjunto de regras, princípios ou formas de pensar que orientam, ou chamam a si a autoridade de orientar, as ações de um grupo em particular (moralidade), ela vai guiar o comportamento humano em relação ao que é certo ou errado nas ações e decisões tomadas, buscando equilibrar interesses individuais e coletivos.

Singer (2002), descreve em sua concepção de ética que ao aceitar que os juízos éticos devem ser feitos desde um ponto de vista universal, estou aceitando que meus próprios interesses não podem, pelo mero fato de serem meus, contar mais que os interesses de qualquer outra pessoa. Quando penso eticamente, minha preocupação natural de ver atendido meus próprios interesses deve ser estendida aos interesses dos outros.



Neste sentido, o fato de as instituições serem formadas por pessoas significa que as decisões empresariais são influenciadas por fatores humanos. Assim, decisões não éticas podem impactar negativamente todos aqueles que têm uma relação direta ou indireta com a empresa. Já a atuação nos princípios éticos, enaltece a transparência, tornando-se um importante atributo para a imagem e reputação das empresas. Portanto, é relevante se as pessoas tomam decisões éticas ou não, pois as consequências dessas escolhas podem ter um impacto significativo na vida de outras pessoas.

Conforme Santos, Alvares (2020), a ética desempenha uma peça crucial para o bom desempenho da corporação, ou seja, ela existe em todas as sociedades humanas e pode ser definida como um conjunto de regras, princípios, maneiras que guiam ou chamam a si a autoridade de guiar as ações de uma pessoa ou de um grupo, ou o estudo sistemático da argumentação sobre como se deve agir.

Para Neves (2019), a ética empresarial é vista como elemento constituinte da interação saudável dentro de uma organização, a partir do qual clientes, funcionários e todos os demais componentes da corporação mantêm um esforço consciente e coletivo, baseado no respeito mútuo e no ambiente positivo de governança. Por isso, a promoção de uma cultura ética não se resume a uma formalidade, mas sim a uma iniciativa estratégica que molda a identidade e o comportamento de uma organização (Figueiredo, 2020).

Percebe-se nitidamente uma mudança, pois, antes a ética era vista como uma ferramenta para proteger os sócios de fraudes e conflitos de interesses entre os administradores e agentes de governança. Agora, essa visão se expandiu e passa a incluir um conjunto mais amplo de partes interessadas, como: colaboradores, fornecedores, clientes, comunidade e sociedade. Essa mudança exige que os agentes de governança adotem uma nova atitude, reconheçam e atendam todas as necessidades de todas as partes interessadas. Essa atitude fortalece a reputação da empresa, contribui para a sua sustentabilidade e a sociedade como um todo.

4 RESULTADOS

A Governança Corporativa é disseminada nas empresas pelo IBGC através do Código das Melhores Práticas, ou seja, as empresas são orientadas pelos princípios instituídos no código, os quais norteiam suas ações e decisões promovendo transparência e ética organizacional. O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa passou por uma trajetória de evolução ao longo de suas edições, refletindo o dinamismo do cenário empresarial e as demandas crescentes por práticas de governança mais avançadas. A seguir, um breve histórico da trajetória de divulgação do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa:



Quadro 4 – Histórico da Trajetória do Código das Melhores Práticas de Governança do IBGC

Edição	Ano	Foco Principal
1ª Edição	1999	Definiu princípios essenciais de Governança Corporativa no Brasil, focando em aspectos como a organização dos conselhos e a importância da transparência nas informações financeiras.
2ª Edição	2001	Destacou a relevância da autonomia dos conselhos e solidificou o papel do conselheiro independente como elemento essencial nas decisões estratégicas.
3ª Edição	2004	Enfaticou a importância da independência dos conselhos e consolidou o conselheiro independente como uma figura fundamental na tomada de decisões estratégicas.
4ª Edição	2009	Apresentou o conceito de compliance e destacou a relevância de manter um bom relacionamento com os stakeholders, além de integrar práticas de governança reconhecidas internacionalmente.
5ª Edição	2015	Aprimorou conceitos anteriores e incluiu diretrizes específicas para empresas estatais, expandindo assim a aplicação do Código.
6ª Edição	2023	Foi feita uma revisão colaborativa que incluiu a análise de 15 códigos internacionais. Essa revisão abrange diversos temas, como a estrutura dos conselhos, responsabilidade social, transparência, ética nos negócios e gestão de riscos. Tudo isso contribui para que as empresas aprimorem seus sistemas de governança e estabeleçam relações mais robustas com seus stakeholders.

Elaborado pelos autores (2024)

Foram escolhidos para análise os dois últimos códigos, na 5ª edição houve aprimoramento de conceitos já existentes em código anterior e inclusão de diretrizes mais específicas para estatais, já na 6ª e última edição se observou um número maior de orientações e diretrizes. Um termo muito utilizado é ‘inclusivo’, “que significa dizer que há mais chances de diferentes organizações se identificarem: associações, cooperativas e startups. Esta nova versão, adota uma abordagem principiológica, segue a tendência do mercado, que está cada vez mais atento aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG)” (IBGC, 2024).

Uma vez destacado o objeto de coleta dos dados, seguem os dados compilados em quadros.

Quadro 5 - Relevância da ética no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 5ª edição (2015)

Capítulo	Item	Descrição	Página
Apresentação - Premissas do Código	Tomada de decisões	Evidencia a importância da ética nas decisões organizacionais.	16
	Identidade da organização e deliberação ética	Aborda a identidade organizacional e a importância de uma deliberação ética.	17
	Uso do código	Orienta o uso consciente e ético das diretrizes do código	18
3. Diretoria	3.4 Transparência	Define o papel da diretoria no alinhamento com os valores éticos.	72
4. Órgãos de fiscalização e controle	4.1 Comitê de auditoria	Detalha o papel do comitê de auditoria na supervisão ética e no controle interno.	79
5. Conduta e conflito de interesses	5.1 Código de conduta	Apresenta diretrizes de conduta ética e gestão de conflitos de interesses.	93

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)



Com base nas informações do quadro acima, na Apresentação - Premissas do código, o item Tomada de decisões aborda a ética nos seus fundamentos como essencial para a tomadas de decisões organizacionais, ou seja, inclui os critérios éticos para orientar as ações e as escolhas de todos envolvidos, neste contexto, trazem a ética como a base para que as decisões sejam equilibradas e transparentes.

Ainda na Apresentação do código, a ética aparece na no item Identidade Organizacional destacando que a mesma é constituída por propósito, valores e princípios. Ou seja, essa definição da Identidade Organizacional deve estar relacionada com a ética e refletindo o propósito organizacional perante a sociedade. Essa definição contribui para a construção de uma identidade e reputação organizacional, levando em conta o impacto das tomadas de decisões para com as partes interessadas, a sociedade e o meio ambiente, reforçando assim a responsabilidade social e ambiental das organizações.

A ética é ainda discorrida na apresentação do código quando se fala no uso e prática consciente das diretrizes do código, e esse uso é visto de forma ética quando são aplicados conforme a realidade de cada organização e que ela mantenha o compromisso com os valores de integridade, responsabilidade e respeito às partes interessadas.

No capítulo 03, a ética é trazida como um princípio, na transparência da diretoria nas divulgações de informações de forma clara, acessível e tempestiva perante as partes interessadas. Essa prática gera confiança, pois demonstra um compromisso com a verdade e com a prestação de contas.

A atuação ética do comitê de auditoria é relatada no capítulo 04, o qual deve estar em conformidade com as leis e normas. A ética garante que a auditoria funcione como uma ferramenta de controle interno, amenizando os riscos e possibilitando uma governança alinhada com a integridade.

E por fim, no capítulo 05, a ética é mencionada ao falar do código de conduta em que o mesmo estabelece diretrizes claras sobre como lidar com conflitos de interesse, promove comportamentos que protejam a organização de possíveis desvios éticos. Este código guia as ações de todas as partes envolvidas e reforça a importância da ética como pilar do comportamento organizacional. Os capítulos citados em suas entrelinhas reforçam o papel da ética em promover uma cultura organizacional sólida, íntegra e responsável, visando à preservação da reputação da organização, porém de forma subjacente.

O quadro 06 mostra a análise da 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança e contém os capítulos e tópicos-chave do código com foco na ética como fundamento essencial da Governança Corporativa.



Quadro 6 - Relevância da ética no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 6ª edição (2023)

Capítulo	Item	Descrição	Página
1. Fundamentos	1.1 Ética como fundamento da Governança Corporativa	Destaca a ética como base fundamental para a Governança Corporativa.	9
	1.2 Propósito das organizações	Aborda o propósito das organizações dentro da governança.	9
	1.4 Princípios de Governança Corporativa	Apresenta os princípios que orientam a Governança Corporativa.	11
3. Conselho de Administração	3.1 Promoção de uma cultura ética	Enfatiza o papel do conselho em promover uma cultura de ética.	18
4. Diretoria	4.1 Atribuições	Define as responsabilidades dos diretores.	29
	4.2 Indicação dos diretores	Relata o processo de escolha e indicação de diretores.	29
5. Órgãos de fiscalização e controle	5.6 Compliance	Aborda a importância do compliance no controle organizacional.	34
6. Conduta	6.1 Código de conduta	Apresenta o código de conduta e suas diretrizes.	35

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa mostra-se um instrumento de consulta e referência para as organizações de diferentes portes, setores, naturezas jurídicas e níveis de maturidade, visando contemplar todas as transformações da sociedade. Esta 6ª edição dá continuidade ao propósito do documento em apresentar as melhores práticas de Governança Corporativa e está ainda mais inclusiva, principiológica e menos prescritiva.

A nova edição enfatiza a ética e o propósito como bases essenciais da Governança Corporativa logo no capítulo 01. Isso mostra um aprimoramento na compreensão da governança, que valoriza mais o comportamento ético como um valor essencial na organização.

No capítulo 01, a ética está presente ao se referirem aos princípios de governança, sendo que os mesmos foram aperfeiçoados e passaram a incluir um novo princípio (integridade), reforçando a importância da ética. Os demais princípios como, a responsabilização e sustentabilidade, refletem melhor os objetivos e as responsabilidades das organizações. A ética, assim, se torna um princípio particular da integridade, no qual permeia a transparência, equidade e a responsabilização, assegurando que todas as partes interessadas atuem de forma responsável, transparente e alinhada com os valores éticos.

No capítulo 03 a ética aparece ao ser mencionado o Conselho de Administração, na orientação para promover uma cultura ética na organização, reforçando aos agentes para manter e desenvolver uma cultura organizacional com valores éticos, sendo esta referência para toda a empresa.

Quanto ao desenvolvimento do papel da diretoria conforme o capítulo 04, a ética está presente ao se referir as responsabilidades da diretoria, principalmente as específicas como: as definições das suas atribuições e a indicação de diretores. Esses processos exigem uma adesão rigorosa aos princípios éticos, pois são fundamentais para assegurar a transparência, equidade, e a integralidade nas decisões e ações da diretoria.



O estabelecimento específico dessas atribuições da diretoria demonstra compromisso claro e responsável em suas funções, ou seja, as suas atividades são conduzidas de forma ética e alinhadas aos interesses da organização e as partes interessadas. E quanto ao processo de indicação de diretores, essa função deve ser desenvolvida de forma imparcial e com respeito aos valores éticos, para assegurar que as indicações ajam de acordo com os objetivos e princípios da organização.

Ainda no capítulo 05, a ética é abordada nos Órgãos de Fiscalização e Controle, que são responsáveis pelo compliance, elemento essencial no controle interno no qual garante que os processos estejam de acordo com as leis e regulamentos. A adesão aos padrões éticos e legais contribui para prevenir irregularidades, reduzir riscos e fortalecer a confiança dos stakeholders na organização. Dessa forma a ética não só orienta a conduta desses órgãos, mas reforça a importância de as práticas serem alinhadas aos valores íntegros da organização.

Enfim, no capítulo 06 a ética se manifesta de forma clara na importância do Código de Conduta como uma ferramenta importante para orientar os colaboradores em suas atividades diárias. Ele assegura que todos tenham compreensão sobre o que venha ser os valores éticos e sua aplicação no dia a dia. O código estabelece diretrizes para que todos os colaboradores possam aplicá-los em diferentes situações, através da integralidade, transparência, responsabilidade e consequentemente promover o fortalecimento da credibilidade da organização perante as partes interessadas.

Em comparação à 5ª edição, publicada em 2015, a atual 6ª edição destaca em quase todos capítulos, de forma relevante e clara a ética e o propósito como fundamentos da Governança Corporativa, apresentando uma nova definição de governança e o aperfeiçoamento de seus princípios que passam a ser: integridade (novo princípio); transparência; equidade; responsabilização (antes prestação de contas – *Accountability*) e sustentabilidade (antes responsabilidade Corporativa).

Enquanto na 5ª edição a ética era vista como um princípio subjacente, generalizado, a 6ª edição traz um capítulo exclusivo sobre o tema, estabelecendo-a como base para a governança. A ética não é mais vista apenas como uma parte do processo de governança, mas uma base fundamental que transpõe toda a estrutura da organização. Essa mudança reflete o cenário atual que as organizações, os investidores e todos envolvidos estão inseridos, na busca por empresas mais transparentes, responsáveis e alinhadas com os princípios éticos.

O quadro 07 tem um comparativo que destaca os principais achados entre as duas versões do código, ou seja, mostra a mudança, a evolução da presença da ética enquanto princípio fundamental da Governança Corporativa entre as edições.

Quadro 7 – Comparação entre os Principais Achados na 5ª e 6ª Edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa

Aspectos	5ª edição - 2015	6ª edição - 2023
Ética como base da governança	Tratada de forma generalizada e implícita nos diversos capítulos.	Apresentada de forma explícita, como fundamento essencial e transversal da governança.
Princípios de governança	Transparência, equidade, prestação de contas (<i>Accountability</i>) e responsabilidade.	Introdução de um novo princípio: Integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade.
Ética e identidade organizacional	Aparece ligada à composição da definição da identidade da organização perante a sociedade, refletida em deliberação ética (pág. 17).	Integrada ao propósito e à identidade organizacional, reforçando a responsabilidade social e ambiental (pág. 9).
Transparência	A ética é trazida no capítulo sobre a diretoria em suas funções como, nas divulgações das informações, que deve ser de forma clara perante as partes interessadas, pois essa atitude gera confiança, compromisso com a verdade e com a prestação de contas (pág. 72).	Reforça-a como parte do princípio da integralidade e transversal na governança diante das atribuições da diretoria com a responsabilidade de indicações dentro da organização, pois essa atitude requer uma aderência muito forte aos princípios éticos (pág. 11).
Comitê de auditoria	Destaca a supervisão ética da auditoria, como ferramenta de controle interno em conformidade com as normas e leis (pág. 79).	Está vinculada ao compliance, materializando o princípio de integralidade. Ferramenta de controle interno no qual promove alinhamento às normas legais e éticas (pág. 34).
Código de conduta	Apresentada como diretriz para a gestão de conflitos de interesses e um comportamento ético organizacional. Guia as ações de todos os envolvidos (pág. 93)	É reforçada a menção da ética ao código de conduta como uma ferramenta essencial para propagar os valores éticos (pág. 35).
Promoção de cultura ética	Está implícita na atuação dos órgãos de governança.	Está vinculada ao papel do conselho de administração (pág. 18).

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

O quadro acima revela uma grande evolução na forma que a ética é tratada na Governança Corporativa pelo IBGC. Enquanto na 5ª edição a ética era vista de forma implícita, na 6ª edição, ela se torna um pilar fundamental, refletindo uma compreensão completa do papel da governança. Essa mudança reflete o cenário atual que as partes interessadas estão inseridas na busca por organizações mais transparentes e alinhadas com princípios éticos, ou seja, reflete as expectativas sociais para com as partes interessadas e a sociedade de modo geral. A ética não é apenas mais uma prática desejável, mais uma exigência para promover a sustentabilidade e a reputação das organizações.

Nesta evolução trazida pela 6ª edição ocorreu a inclusão de um novo princípio, a integralidade e a integralização dos valores éticos aos demais princípios, como a transparência e responsabilização. Além disso, a ética é incorporada à identidade organizacional, ligando-se à responsabilidade social e ambiental, aspectos fundamentais em um mundo empresarial que exige maior responsabilidade.

Evoluiu também com a promoção de uma cultura ética relacionada ao conselho de administração o que aponta a relevância de uma liderança exemplar no fortalecimento dos valores organizacionais. Esse



destaque revela que a ética não se limita às diretrizes e códigos formais, mas dever ser vivenciada e incentivada em todos os níveis da organização.

Também avançou fazendo a transformação do Código de Conduta de um documento formal para uma ferramenta fundamental na promoção de valores organizacionais reforça a ética como base essencial da cultura corporativa, refletem uma mudança de padrão na Governança Corporativa, que passa a ser menos prescritiva, não apenas regulamentar, mas também principiológica, ou seja, promovendo comportamentos alinhados aos valores éticos e morais na organização.

Portanto, a ética ao longo das edições deixa de ser tratada como elemento implícito para se tornar a base fundamental da governança, essa promoção reflete o fortalecimento das práticas organizacionais com às demandas de um mundo mais transparente e sustentável. Ou seja, a ética consolida-se como um princípio estruturante da governança levando as organizações a enfrentarem os desafios da atualidade com integralidade, transparência, responsabilidade e com compromisso com a sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu verificar a relação da ética com a Governança Corporativa conforme o IBGC, sendo que este Instituto é referência em Governança Corporativa no Brasil. Ao finalizar o estudo foi possível afirmar que a ética é um alicerce essencial. A 5ª edição do Código, mesmo de forma indireta, destaca a ética por orientar as práticas de Governança Corporativa para garantir que as decisões, ações e comportamentos sejam pautados por integridade e responsabilidade. Ao enfatizar a ética em cada um dos aspectos da governança desde a tomada de decisões até o código de conduta o IBGC promove uma cultura organizacional que valoriza a transparência, a confiança e o compromisso com as partes interessadas.

A 6ª edição do Código reforça que a ética não é apenas um princípio isolado, mas o alicerce sobre o qual todos os princípios e práticas de Governança Corporativa devem ser construídos. Ela é apresentada de forma explícita e estruturada em todos os capítulos, reforçando-a como um pilar fundamental no processo de governança. A ética assegura que as organizações estejam alinhadas com o cumprimento de leis e regulamentos, como também com as expectativas da sociedade moderna.

A análise das edições do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa indica que a ética, além de um princípio norteador, é o alicerce para as decisões organizacionais, ou seja, a ética não se limita ao cumprimento de normas e regulamentos, mas é uma prática que permeia a cultura organizacional, promovendo confiança, integridade e reponsabilidade. Esses princípios não só fortalecem a reputação das organizações, mas contribuem para sua sustentabilidade e criação de valor para com a sociedade.

Por fim, o estudo concluiu que a Governança Corporativa trazida pelo IBGC é cada vez mais pautada pela ética, e esta última, é primordial para as organizações enfrentarem os desafios atuais, assegurando que



as ações sejam alinhadas com os interesses de todos os envolvidos. A adoção de práticas éticas, torna-se uma vantagem competitiva que agrega valor tangível e intangível para a organização.

Para estudos futuros é possível sugerir diversas abordagens que permitirão uma compreensão mais aprofundada da ética na Governança Corporativa e sua implicação no desempenho das organizações, como: pesquisa sobre a percepção dos stakeholders sobre as práticas éticas de governança; análise entre empresas que adotam o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e as que não adotam, enfim, essas análises podem propagar ainda mais a compreensão do papel da ética na Governança Corporativa e promover modelos mais éticos e eficazes de sua implementação dentro das organizações.



REFERÊNCIAS

BLACK, Bernard S., JANG, Hasung, KIM, Woochan. Does Corporate Governance Predict Firms Market Values? Evidence from Korea. *Journal of Law, Economics, & Organization*. v. 22, n. 02, p. 366-413, oct. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4152840>.

CADBURY, Adrian. *The Cadbury Report (The financial aspects of corporate Governance) Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance and Gee and Co. Ltd.*, 1992.

FIGUEIREDO, Juliana Guelfi. *Estrutura de um Sistema de Governança Corporativa*. LinkedIn, 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/estrutura-de-um-sistemagovernan%C3%A7a-corporativa-guelfi-figueiredo/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.

GARCIA, Ricardo Lupion, TAVARES, Cláudio Kaminski. Empresa familiar e a governança corporativa: Breves apontamentos sobre as estruturas de gestão das empresas familiares. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas*. v. 04, n. 01, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8217>

GIACOMELLI, Giancarlo; ELIAS, Flávia; COLOMBO, Jéfferson Augusto et. al. *Governança Corporativa*. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. p.19. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021693/>. Acesso em: 13 junho 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7º ed. Barueri: Atlas, 2025.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: a governança que o ibgc pratica. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/destaques/o-ibgc-nossa-governanca>. Acessado em: 07 de novembro de 2024.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 5ª edi. – São Paulo, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf. Acessado em: 30 de outubro de 2024.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – 6ª edi. – São Paulo, 2023. Disponível em: < IBGC | IBGC lança 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa > Acessado em: 30 de março de 2024.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: conhecimento. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento#:~:text=C%C3%B3digo%20das%20Melhores%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Governan%C3%A7a%20Corporativa&text=Apresenta%20recomenda%C3%A7%C3%B5es%20das%20melhores%20pr%C3%A1ticas,demais%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20atuantes%20no%20Brasil>. Acessado em: 07 de novembro de 2024.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Governança Corporativa. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acessado em: 07 de novembro de 2024.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: nossa história. Disponível em: https://www.ibgc.org.br/destaques/quemsomos_nossa-historia#:~:text=Como%20tudo%20come%C3%A7ou&text=Idealizado%20pelo%20administrador%20de%20empresas,supervis%C3%A3o%20e%20controle%20nas%20empresas. Acessado: 07 de novembro de 2024.



MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da Língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/%C3%A9tica/> Acesso em: 05 Mar. 2024.

MONKS, Robert A. G., MINOW, Nell. Corporate Governance. 4º ed., John Wiley & Sons Ltd, 2003.

NEVES, Michele de Jesus. Ética nas relações pessoais no ambiente de trabalho. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 7, n. 1, p. 11-46, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/etica-nasrelacoes>. Acesso em: 06 mar. 2024.

OLIVEIRA, Renata Gonçalves de. Importância da ética na profissão contábil: a valorização do profissional contábil com base no Código de ética. 2021, 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Inhumas FacMais, 2021.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RUGHOOBUR, Soujata. An assessment of good corporate Governance in state owned enterprises of Mauritius. Studies in Business and Economics. v. 13, n. 01, p. 166-180, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://intapi.sciendo.com/pdf/10.2478/sbe-2018-0013>. Acessado em: 03 Mar 2025.

SANTOS, Ricieri Paula; ALVARES, Juliana Fernandes Rodrigues. Ética profissional: um estudo contemporâneo dos princípios fundamentais do código de ética da psicologia. Revista Científica Eletrônica de Psicologia da FAEF, v. 34, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/6Pfr37CZM8S0YI3_2_021-3-17-9-47-57.pdf. Acesso em: 06 mar. 2024

SILVA, Edson Cordeiro da. Governança Corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. Governança Corporativa e sucesso empresarial. 2º ed. Saraiva, 2017.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: teoria e prática. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SINGER, P. Ética prática. Tradução Jeferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUZA, Andrea Brasil; BAUER, Maristela Mercedes; COLETTI, Luciana. A importância da Governança Corporativa e do controle interno na área contábil. Revista Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, v. 17, n. 1, jan./abr. 2020.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Perspectivas de Bardim: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. SciELO Preprints. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697/version/8142>. Acesso em: 06 Mar, 2025.



VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. 24^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.